

## Sustentabilidade em Projetos de I&D

Cláudio Teixeira *claudio@ua.pt*

Joaquim Sousa Pinto *jsp@ua.pt*

Rita Morais *ritamorais@ua.pt*

Universidade de Aveiro, Portugal

### Resumo

Este artigo refere o percurso seguido pela Universidade Aveiro em diversos projetos de cooperação desenvolvidos em particular em Cabo Verde, onde ao longo dos últimos anos lecionou dois mestrados fora de portas e onde desenvolveu e desenvolve sistemas informáticos na área da justiça. Serão abordadas as formas de financiamento dos projetos, a forma de cooperação entre as instituições, o estabelecimento de equipas de trabalho e as consequências na sustentabilidade dos mesmos em função das opções anteriores.

**Palavras-chave:** Cabo Verde, cooperação para o desenvolvimento, cooperação interuniversitária, informatização da justiça

### *Sustainability in R&D projects*

### Abstract

This article describes the route followed by the University of Aveiro in aid projects, particularly in Cape Verde, where in recent years it has taught two master's degrees and has been developing IT systems for justice. We discuss how the projects were financed, the form of cooperation between institutions, the formation of work teams and the effects on their sustainability on the basis of the above options.

**Keywords:** Cape Verde, development aid, inter-university cooperation, computerisation of justice

A Universidade de Aveiro (UA), cumprindo o consagrado nos seus estatutos, e com o apoio da Cooperação Portuguesa, realizou entre 2007 e 2010 em Cabo Verde, na Universidade de Cabo Verde (Unicv), duas edições do Mestrado em Eletrónica e Telecomunicações, Especialização em Sistemas de Informação.

O objetivo destes mestrados era capacitar o corpo docente da unicv para cursos de tecnologia e promover os quadros nacionais, muitos integrados em ministérios e organismos governamentais.

Como resultado das duas edições do mestrado, resultaram dezasseis mestres.

Pensou-se que esses mestres seriam o embrião de um polo tecnológico que permitiria o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento e o desenvolvimento de uma unidade de investigação na área; essa era a

visão da UNICV a que a UA se associou. É no contexto de uma colaboração entre as universidades e no potencial de transferência tecnológica pós Mestrado em Sistemas de Informação que surge um primeiro projeto destinado à informatização das Secretarias Judiciais e do Processo Penal, a que se associa o Ministério da Justiça.

A escolha do Processo Penal em detrimento do Processo Civil, percurso seguido na generalidade dos países, fica a dever-se ao facto de na altura o Processo Civil estar em alteração, o que implicaria um atraso de dois anos no início do processo de desenvolvimento.

O projeto envolvia para além do desenvolvimento informático a garantia de mecanismos de sustentabilidade. Como resultado deste projeto, no fim do desenvolvimento os quadros cabo-verdianos envolvidos deveriam, em conjunto com as universidades, dar origem a uma *spin-off* tecnológica que se encarregaria do suporte futuro do produto.

Depois de concluída a modelação das primeiras tipologias, verificaram-se, porém, alguns constrangimentos, nomeadamente a dificuldade de recrutamento de pessoal com as exigíveis habilitações, pela UNICV, o que implicou que esta não desenvolvesse as tipologias que lhe estavam afetas.

Com o avançar do tempo, e de modo a não comprometer o calendário final do projeto, o Ministério da Justiça decidiu entregar à UA a execução integral desta tarefa, mantendo a UNICV a responsabilidade da formação dos utilizadores.

Para já, o único ponto menos favorável neste projeto prende-se com a sustentabilidade. A inexistência de quadros cabo-verdianos com competências para assegurar, no futuro, a manutenção do SIPP e a sua consequente sustentabilidade impõe que se pondere a possibilidade de os novos projetos desta natureza se basearem em recursos cabo-verdianos, que frequentem formação na UA.

Um segundo projeto surgiu desta feita com o Ministério das Finanças. Tentando aproveitar a tecnologia desenvolvida no Ministério da Justiça, tentou o desenvolvimento de um projeto para suporte aos processos tributários.

Mais uma vez foi tentada uma parceria entre as duas universidades. Desta vez, para obviar os problemas surgidos no projeto anterior, a UNICV ao invés de tentar o desenvolvimento através de quadros internos, muito envolvidos na lecionação e em problemas de gestão e manutenção da infraestrutura universitária, deveria recrutar quadros externos.

Mais uma vez a UNICV não conseguiu contratar os quadros externos, desta vez por falta de agilidade da instituição na contratação de pessoal para participação em exclusivo em projetos de investigação e desenvolvimento e sem qualquer afetação ao serviço docente. O Ministério das Finanças contratou diretamente os quadros sugeridos pela UA, estando à partida garantido o pessoal a utilizar no desenvolvimento.

Esta nova abordagem, apesar do seu potencial, mais uma vez voltou a revelar-se infrutífera pois os novos quadros que entraram no Ministé-

rio das Finanças foram redirigidos para outros projetos internos, tendo neste caso, o projeto ficado por desenvolver. Apesar de orçamentado e aprovado entre as partes, não chegou a sair do papel.

Contudo, as solicitações para desenvolvimento de novos projetos por outras instituições de Cabo Verde continuam a surgir. Nos dois contatos estabelecidos, pretendemos que o desenvolvimento seja feito com quadros cabo-verdianos deslocados e integrados em ciclos de estudos de pós-graduação na Universidade de Aveiro.

Pensamos que através desta abordagem quer o desenvolvimento quer a sustentabilidade futura dos mesmos estará garantida e beneficiará, ainda que de forma indireta, o ensino universitário nacional, que poderá usufruir dos quadros formados no exterior sem custos diretos na sua formação.